

50 ANOS DEPOIS. A RESISTÊNCIA DA ECA-USP À DITADURA MILITAR

Organização

MARGARIDA MARIA KRÖHLING KUNSCH

Depoimentos

ADILSON CITELLI

LUIZ AUGUSTO MILANESI

ROSEMÉRI LAURINDO

SINVAL MEDINA

~~50 ANOS DEPOIS: A RESISTÊNCIA DA ECA USP À DITADURA MILITAR~~

Organização

MARGARIDA MARIA KROHLING KUNSCH

Depoimentos

ADILSON CITELLI

LUIZ AUGUSTO MILANESI

ROSEMÉRI LAURINDO

SINVAL MEDINA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Vahan Agopyan
Vice-reitor: Antônio Carlos Hernandez



ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor: Eduardo Henrique Soares Monteiro
Vice-Diretora: Brasilina Passarelli

Ficha técnica

Organização:
Margarida Maria Krohling Kunsch

Colaboração:
Maria Eugênia Gouveia
Marisa Aparecida Bento

Revisão:
Verônica Cristo

Projeto gráfico:
Susana Narimatsu

Diagramação:
Arissa Tasso
Nataly Camargo
Susana Narimatsu

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

575 50 anos depois: a resistência da ECA-USP à ditadura militar [recurso eletrônico] /
Margarida Maria Krohling Kunsch (Org.) ; Adilson Citelli ... [et al.]. – São Paulo:
ECA-USP, 2018.
85 p.

ISBN: 978-85-7205-213-9
DOI: 10.11606/9788572052139

1. Escola de Comunicações e Artes/USP 2. Ditadura – Brasil 3. Golpe de 1964
4. Resistência I. Kunsch, Margarida Maria Krohling II. Citelli, Adilson

CDD 23.ed. – 378.8161

É permitida a reprodução
parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte e
autoria, proibindo qualquer
uso para fins comerciais.

MARGARIDA MARIA KROHLING KUNSCH
APRESENTAÇÃO

5

ADILSON CITELLI 11

TEMPO VIVIDO: UM DEPOIMENTO SOBRE A
PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E RESISTÊNCIA À DITADURA

LUIZ AUGUSTO MILANESI 27

1968: SEGUNDO ANO DA ECA, QUARTO ANO DO
GOLPE MILITAR, PRIMEIRO ANO NA USP

ROSEMÉRI LAURINDO 39

ENSINO DE JORNALISMO NA USP E A DEMISSÃO
DE JOSÉ MARQUES DE MELO

SINVAL MEDINA 59

RECORDAÇÕES DO SIGNIFICADO DA ECA E DO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

APRESENTAÇÃO

Margarida Maria Krohling Kunsch

Em 2014 registramos a memória dos 50 anos de implantação da ditadura pela qual o Brasil passou durante um longo período e cujas consequências são irreparáveis para toda a sociedade brasileira. Muitos foram os acontecimentos e as iniciativas que ocorreram em todo o país para marcar essa data.

A Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que foi diretamente atingida por esse regime totalitário, não poderia deixar de lembrar fatos e pessoas que marcaram a luta de sua comunidade frente ao estado de exceção, justamente por ocasião de sua criação, em 1966, e das suas atividades iniciais nos anos subsequentes. Assim, promoveu, no dia 8 de dezembro de 2014, o debate *50 anos depois: a resistência da ECA-USP à ditadura militar*.

Nossa tentativa, com a promoção desse evento, foi reunir alguns representantes dos professores e ex-alunos perseguidos naquela época, além de outros depoentes, para darem um testemunho vivo do que significou para eles vivenciar aquele triste período da história do Brasil e como foi a resistência da ECA-USP, por meio de declarações ilustrativas. Tratou-se de um recorte possível. Muitos outros poderiam ter acontecido.

Sensibilizar as novas gerações sobre a importância da democracia – e as problemáticas de sua ausência para uma sociedade e uma nação – foi um dos objetivos desse encontro. Muitas vezes o termo ditadura é usado na própria universidade, por diversos segmentos, sem a devida compreensão da sua abrangência e do que foram para a geração de então os anos de chumbo que vivenciamos no país. A democracia que temos hoje foi uma conquista que precisa ser valorizada e cultivada no seu verdadeiro sentido pela atual geração da ECA (estudantes, professores e funcionários), bem como por toda a sociedade brasileira.

A Escola de Comunicações e Artes foi palco de resistência durante o regime totalitário. Esse período foi vivenciado por vários atores: dirigentes, professores, estudantes da Escola e convidados especiais que por aqui passaram deixando mensagens de liberdade de expressão, coragem, persistência, libertação e ensinamentos em uma conjuntura das mais duras do regime ditatorial então vigente, sob o auge do AI-5 e do decreto-lei 477. A ECA-USP foi uma voz que repercutiu, dentro da USP e em todo o território nacional, essa situação absolutamente anômala.

Esta publicação, *50 anos depois: a resistência da ECA-USP à ditadura militar*, registra depoimentos que relatam a experiência e a vivência pessoal, em um contexto de repressão, de censura e intolerância,

dos professores Adilson Citelli, do Departamento de Comunicações e Artes (CCA), José Marques de Melo, do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), pelas palavras da pesquisadora Roseméri Laurindo, Luiz Augusto Milanesi, do Departamento de Informação e Cultura (CBD) e Sinval Medina, do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE).

Adilson Citelli comenta que o evento foi um momento de importante carga simbólica, pois veio à luz o relatório final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade. Ele destacou que “um dos objetivos das instituições educativas é não tergiversar ou acobertar eventos históricos, tenham eles as implicações que tiverem, buscando mais bem esclarecê-los (...), em particular no que diz respeito às implicações e aos desdobramentos do golpe de 1964”.

Em seu depoimento, Luiz Augusto Milanesi relatou que a USP e a ECA viveram por muitos anos a constante inquietação quanto a dizer o que não se podia, ler o que não se devia e conviver, no dia a dia, com pessoas que poderiam ser o que não aparentavam. Segundo Milanesi, “se ela [a ECA] disse ‘não’ nos anos de chumbo, continuará pelo tempo repetindo que a liberdade para ela é ar e que os golpes e a censura (...) são intoleráveis”.

Em texto de Roseméri Laurindo, é lembrada a perseguição ao professor emérito da ECA José Marques de Melo durante a ditadura militar. “Não fui a única vítima dessa onda de “cassações brancas”, que atingiu vários outros professores da universidade, demitidos sumariamente, sem direito a defesa e nem mesmo a indenização trabalhista”, afirma em depoimento o professor.

Sinval Medina recordou o significado da ECA, principalmente do Departamento de Jornalismo e Editoração, no contexto da USP em

1971. Ele ressaltou que o Departamento era um ponto fora da curva numa instituição dirigida por reacionários. Segundo o professor, “trabalhávamos com informação, material explosivo para um sistema político que adotava a censura como forma de esconder seus crimes”.

Este pequeno livro é um registro importante para simbolizar parte da história da nossa Escola e de suas lutas pela liberdade de expressão e em defesa dos direitos humanos. Pela natureza das suas áreas de conhecimento e de suas práticas profissionais, a ECA-USP sempre deverá ser uma unidade de ensino, de pesquisa e de extensão e cultura questionadora e com uma visão crítica do mundo contemporâneo. No entanto, como atores de uma universidade pública como a Universidade de São Paulo, temos que ter muita mais consciência política e compromisso na defesa da cidadania e da democracia na sociedade em que vivemos.

Janeiro de 2015

MARGARIDA MARIA KROHLING KUNSCH é mestre e doutora em Ciências da Comunicação e livre-docência em Teorias e Processos de Comunicação Institucional pela ECA-USP. Desde 2005, é professora titular do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo (CRP).

É autora de vasta produção em Ciências da Comunicação e em Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Já ocupou cargos de liderança em entidades científicas como presidente da *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação* (INTERCOM), *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación* (ALAIC), *Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas* (ABRAPCORP) e *Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação* (SOCICOM). Também é criadora e diretora das revistas científicas *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, da ECA, e *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, da ALAIC.

Foi diretora da ECA (2013-2017), chefe do CRP (2010-2013), presidente da Comissão de Pós-Graduação (2009-2010) e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (2006-2010), entre outros cargos. Atualmente, é pró-reitora adjunta de Cultura e Extensão da USP.

"QUEM PERDEU,
GANHOU."
DITO POPULAR

ADILSON CITELLI

TEMPO VIVIDO

Um depoimento sobre participação estudantil e resistência à ditadura

1

Em boa hora a ECA insere-se nos debates¹ acerca dos 50 anos do golpe civil-militar ocorrido no Brasil, período no qual esteve em vigência a mais longa ditadura conhecida pelo país em período republicano, alcançando o largo interregno de 21 anos (1964-1985). Fica, preliminarmente, um reconhecimento à direção da nossa Escola, que junto com docentes, discentes e funcionários tornou possível a rea-

¹ Evento que teve o título de: *50 anos depois: a resistência da ECA-USP à ditadura militar*, ocorrido no Auditório Paulo Emílio, da ECA-USP, no dia 8 de dezembro de 2014.

lização deste encontro. O momento, aliás, possui importante carga simbólica, pois veio à luz (em 10 de dezembro de 2014) o relatório final elaborado pela Comissão Nacional da Verdade, cujo exame devido certamente permitirá apreender novas dimensões dos chamados anos de chumbo. As centenas de mortos e desaparecidos, os milhares de presos, exilados, perseguidos, torturados, assim como os nomes dos algozes, colaboradores e assassinos a serviço da espúria aliança civil-militar, serão oficialmente apresentados pelo Estado brasileiro.

Um dos objetivos das instituições educativas é não tergiversar ou acobertar acontecimentos históricos relevantes, tenham eles as motivações ou implicações que tiverem, dando a conhecer a dinâmica dos fatos e buscando mais bem esclarecê-los. Em particular quando a matéria examinada concerne ao golpe de 1964, cujas cicatrizes permanecem abertas, provocando indagações que teimam em não apresentar respostas, legando ao país e às novas gerações um passado, sob inúmeros aspectos, ainda envolto no silêncio.

A ECA, pelas suas próprias características de unidade formadora nos campos da comunicação e das artes, lugares de produção de conhecimento que dizem respeito às complexidades e singularidades da informação, da cultura, das manifestações estéticas, tem na liberdade de expressão o seu compromisso mais significativo. Há, pois, incompatibilidade visceral entre os desígnios últimos de uma unidade educativa como a nossa – extensiva às congêneres – e a violência da censura, do cerceamento expressivo, do controle da informação, do regime de força encarnado no regime ditatorial.

Por diferentes caminhos, vários colegas da ECA vêm, ao longo do tempo, discutindo o período do qual nos ocupamos neste passo, envolvendo a produção de livros, filmes, peças de teatro, reportagens, exposições, recuperação de arquivos etc., ajudando a contar um episódio ainda pulsante na vida nacional. O encontro que aqui se concretiza pode ser visto neste contexto ao mesmo tempo revisional e de registro memorialístico.

Haja vista o caráter de recuperação histórica que nos foi solicitado e considerando a exiguidade do tempo concedido aos expositores, promovemos inflexão particular, procurando situar a ECA segundo um lugar discursivo específico: o de um aluno da velha Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, agora Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, cujo ingresso na USP ocorreu em 1968 e que mantinha, em decorrência das atividades no movimento estudantil, relações políticas com grupos de estudantes que incluíam os da Escola de Comunicações Culturais (ECC). Esse era o nome dado então à nossa Escola de Comunicações e Artes.

Aqui não se pretende empreender um reencontro fino dos episódios decenais, mas situar poucas questões capazes de contribuir para os propósitos que ensejam o presente seminário. Como abordamos o passado recente, é imperioso que as trocas de ideias e informações sejam vistas em seu *continuum* histórico, no qual ao se tratar do ontem, seja possível pensar o hoje e prospectar o amanhã.

2

O período da ditadura, sobretudo tendo em vista o recorte de nosso maior interesse, foi pensado em dois momentos: o primeiro entre 1968-1970 e o segundo, de 1972-1975². E aí, conquanto não apenas, o cenário evidenciado trazia consigo os contornos da barbárie que transformou a estapafúrdia ilegalidade do golpe *manu militari* em paradoxal legalidade forjada por sucessivos atos institucionais exarados na calada da noite ou à meia luz dos gabinetes ministeriais que nunca marcavam hora com a democracia e a representação popular. O édito à moda do AI-5 (13 de dezembro 1968), um diploma que proclamava o golpe dentro do golpe, emanado, aprovado e praticado pelo contubérnio entre militares conspiradores, tecnocratas invertebrados (muitos originários da nossa Universidade³), empresários prontos para colaborar com os esquemas repressivos, senhores de terras e gentes, classes médias liliputianas e oportunistas do mais amplo espectro, funcionava como exemplo do estoque de arbitrarie-

² O interregno de dois anos indica um período em que estivemos fora da Universidade de São Paulo.

³ Luís Antônio da Gama e Silva e Alfredo Buzaid foram professores da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, além de reitor, o primeiro; o segundo exerceu por algum tempo a função de vice-reitor. Ambos desempenharam o papel de ministros da Justiça no período mais duro do governo militar. Gama e Silva (1967-1969) redigiu e defendeu com fidelidade canina o AI-5, do mesmo modo contribuiu na elaboração da lista dos professores que deveriam ser demitidos da USP. Buzaid (1969-1974) deu seguimento à tenebrosa obra do antecessor. Delfim Neto, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, assumiu o Ministério da Fazenda (1969-1974), de quem o jornal *O Globo*, de 18 de dezembro de 1968, reproduziu a seguinte declaração: “Delfim Neto. Ato 5 elimina obstáculos ao desenvolvimento”. A manchete esclarece o lado da trincheira escolhida pelo honorável docente. A interpretação acerca dos sentidos permitidos por “elimina obstáculos” fica a cargo do leitor. Sobre as relações de professores da USP com a ditadura ver ADUSP (2004), cuja publicação original ocorreu em 1978, sob o título: *O livro negro da USP. O controle ideológico na Universidade*.

dades posto a serviço do regime visando a construir a sua pretensa legitimidade.

Neste cenário, o movimento estudantil foi brindado em 26 de fevereiro de 1969 com o decreto-lei 477, alcunhado de “AI-5 das Universidades” – malgrado extensivo a outros níveis de ensino. Tal documento previa a punição de funcionários, alunos e professores que, de alguma forma, pudessem associar-se a procedimentos considerados contrários aos interesses do regime instituído. As penas alcançavam funcionários e professores com a demissão – os segundos ficavam impedidos de trabalhar em qualquer instituição de ensino brasileira pelo período mínimo de cinco anos –, e alunos com a expulsão e proibição de estudar em Universidades, obedecido o prazo mínimo de três anos⁴.

No bojo deste crescendo autoritário, parte do movimento estudantil estava envolvida na luta contra os mecanismos repressivos do

⁴ O despropósito era de tal ordem que o próprio ministro da Educação e Cultura do governo Médici, Jarbas Passarinho – também ele aplicador do decreto –, o considerava a “terceira lei de Newton depravada”. Ou seja, a ação política desenvolvida nas instituições de ensino não correspondia à violência da reação encarnada no decreto-lei 477. É ainda do mesmo ministro a afirmativa segundo a qual o decreto representava o “corolário do teorema”, vale dizer, se tratava de um desdobramento do draconiano AI-5 (o teorema) para o mundo da educação formal. Os processos a serem abertos contra os acusados deveriam ter trâmite de máxima brevidade. E proclamava em seu artigo 3º o que pode, talvez, representar o recorde nos ritos conhecidos pelo direito universal, visto que em poucas horas o acusado deveria apresentar a sua defesa, assim como a documentação, sob a forma de relatório final, encaminhada às autoridades correspondentes no prazo máximo de 20 dias: “O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas”. O decreto 477 foi publicado no governo Costa e Silva (15/3/1967 - 31/8/1969), quando eram ministros da Justiça, o professor da USP, Luís Antônio da Gama e Silva, e da Educação, Tarso Dutra.

regime – estruturados em torno da chamada Estratégia/Doutrina de Segurança Nacional. Tal concepção teve como uma de suas inspirações a Doutrina da Guerra Revolucionária formulada por oficiais do exército francês para combater, nos anos 1950, as lutas de independência do povo argelino. Convém recordar que um dos procedimentos balizadores dos militares franceses na empreitada africana era o de torturar os prisioneiros políticos para obter informações que levassem ao desbaratamento da rede de resistência à invasão colonial.

A luta desigual, acompanhada de prisões, sevícias e mesmo eliminação física de estudantes, fez com que sequências importantes do combate à ditadura ganhasse outros contornos e formas de organização, inclusive a luta armada. Muitos alunos da USP ou se engajaram de modo mais decisivo nos partidos políticos considerados clandestinos ou permaneceram buscando brechas para enfrentar, por diferentes vias, o aparelho repressivo do regime militar.

A nossa Escola, para nos restringirmos a ela, – e conforme seguíamos e participávamos dos desdobramentos políticos que se processavam no interior da Universidade – sofreu todas as consequências da estratégia do terror implantada pela ditadura, sobretudo no período que acima delimitamos. E, nela, também, ocorreram as cassações, prisões, tortura e morte, a exemplo dos professores José Marques de Melo, Jean Claude Bernardet, Sinval Medina, José Freitas Nobre, Thomas Farkas, Jair Borin, Paulo Emílio Salles Gomes, cujas carreiras foram prejudicadas por formas diretas ou indiretas dos mecanismos discricionários que sobre cada um deles teve impactos particulares. A tais casos poderiam ser associados vários outros

de docentes cujas contratações entraram no *index prohibitorum* ou foram simplesmente descontinuadas graças à ação das instâncias que exerciam o controle ideológico na USP, muitas vezes baseadas na própria reitoria⁵.

O evento mais radical e dramático dos casos assinalados, pelo seu desfecho, envolveu a prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog, membro do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA, onde ministrava aulas de Jornalismo Televisionado, e diretor de jornalismo da TV Cultura, assassinado, aos 38 anos de idade, nas dependências do DOI-CODI. E isto após haver se apresentado voluntariamente aos militares que comandavam aquela casa de horrores localizada à Rua

⁵ Assunto ainda delicado no âmbito da nossa instituição e a ser mais bem esclarecido, malgrado sobre ele existirem documentos, como no citado *O controle ideológico na USP* (ADUSP, 2004); o relatório da *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*; o especial da Revista ADUSP de número 13 (ELIAS, 1998); as indicações da Comissão da Verdade da USP, transcritas parcialmente pelo *Jornal do Campus* (THEODOR, 2014). Depoimentos versando a presença de informantes do aparelho repressivo dentro da USP, logo após golpe de 1964, podem ser consultados na série de três vídeos organizados pela FAPESP, com o título, *O golpe na academia*, em que professores perseguidos e demitidos deram o seu testemunho (O GOLPE, 2014). Vários destes documentos, em particular após a edição do AI-5, deixam claro como passou a funcionar, a partir de sua criação em 23 de maio de 1973, a Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), que sentava praça no próprio gabinete do reitor, com vínculos junto à Divisão de Segurança e Informação do MEC (ASIs), e do Serviço Nacional de Informação (SNI). A desditosa assessoria era composta, também, por pessoas que não estavam, necessariamente, vinculadas aos quadros profissionais da Universidade e tinha o propósito básico de vigiar docentes, estudantes, funcionários e atividades variadas. Ademais dedicava especial afincamento a obstar a contratação ou recontração de professores e funcionários não alinhados aos desígnios do regime vigente. Dois exemplos deste monitoramento envolvendo a nossa Escola. A V Semana de Estudos de Jornalismo da ECA, ocorrida em 1973, foi acompanhada pela AESI resultando em relatório detalhando a programação, a listagem dos participantes, etc. Outro caso diz respeito ao curso de férias oferecido pelo dramaturgo Lauro Cesar Muniz, em 1973. A AESI chegou mesmo a interferir nas referências bibliográficas, assinalando e reprovando textos sobre lógica e dialética de autoria do teórico marxista francês, Henri Lefebvre. Há, neste documento, uma curiosa anotação, certamente para desabonar o ministrante do curso, indicando o fato de ter ele assinado manifesto contra a censura, em 1968.

Tomás Carvalho, 1030, no bairro – máxima ironia –, do Paraíso, às oito horas da manhã do dia 25 de outubro de 1975, um sábado, para prestar esclarecimentos sobre as acusações de que a TV Cultura estaria sob a influência comunista⁶. Sete horas depois, por volta das 15 horas, Vladimir Herzog estava morto dentro de um organismo vinculado ao II Exército, logo, um próprio do Estado. À época, os dirigentes da USP e da ECA, em revelador sinal dos tempos, não se dignaram, sequer, a enviar manifestação de pesar à família do professor seviciado e morto.

A Comissão da Verdade da USP, cujo relatório final conhecerá futura publicação⁷, já arrolou 664 discentes, docentes e funcionários que, de algum modo, foram perseguidos pela ditadura (entre 1964 e 1985), muitos, como os acima arrolados, pertencentes aos quadros de nossa Escola.

⁶ O assassinato de Vladimir Herzog ocorreu no bojo de uma campanha difamatória capitaneada nas páginas do extinto *Shopping News* pelo jornalista Cláudio Marques. Para ele, o Departamento de Jornalismo da TV Cultura deveria ter o nome de Televisão Vietnam Cultura de São Paulo, ou, simplesmente, TVVietcultura, sendo o seu diretor, Vladimir Herzog, acusado de envolvimento em atividades esquerdistas. E deputados estaduais, notoriamente vinculados à ditadura, davam andamento ao clima macartista utilizando a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para denunciar as “atividades comunizantes” da emissora. Tais manifestações policiais contribuíram de maneira decisiva para o trágico desfecho envolvendo o professor da ECA. É esclarecedor consultar a íntegra do discurso acusatório proferido na ALESP pelo deputado da ARENA, Wadih Helou, com apertes do correligionário José Maria Marin. Sobre o episódio ver os artigos escritos pelo colunista Juca Kfourir: KFOURI (2013, 2016).

⁷ O relatório final da Comissão da Verdade da USP foi entregue ao reitor Vahan Agopyan em 21 de março de 2018. Composto por dez volumes, o material apresenta relatos e documentos que esclarecem fatos ocorridos de 1964 a 1985 no âmbito da Universidade (N. do E.).

3

Em balanço rápido e com viés apenas indicativo é possível verificar que o combate ao regime de exceção aconteceu na ECA (e em outras unidades da Universidade de São Paulo) a partir do cruzamento de algumas variáveis.

A primeira substanciada na resistência direta dos docentes, discentes e funcionários seja tomando atitudes que confrontavam os óbices à liberdade de expressão e manifestação resultantes da fantasmagoria jurídica traduzida nos atos institucionais ou nos procedimentos dos próprios órgãos dirigentes da USP (coniventes com os requisitos do regime ditatorial, ou mesmo exacerbando-os, cuja comprovação pode ser obtida em consultas às atas e portarias produzidas no período⁸), seja através do engajamento junto às organizações da sociedade civil que se opunham ao autoritarismo, seja

⁸ Um dos casos mais vergonhosos diz respeito ao parecer da comissão processante aberta para apurar a ausência da professora Ana Rosa Kucinski das aulas que ministrava junto ao Instituto de Química. A referida comissão, escolhida pelo então reitor da USP, Orlando Marques de Paiva, nos inícios de 1975, chegou à conclusão de que a docente deveria ter o contrato suspenso, vale dizer, ser demitida, por “abandono de função”. E mesmo sendo de amplo conhecimento que Ana Rosa havia sido sequestrada e presa, no dia 22 de abril de 1974, pelos agentes da ditadura. A reunião da Congregação do Instituto, em outubro de 1975, portanto quase um ano depois do desaparecimento da professora, acatou, por ampla maioria (13 a favor e dois em branco), a decisão final constante do parecer. Segundo informado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade, Ana Rosa não apenas foi detida, como torturada e morta. É uma das muitas vítimas do regime militar cujo corpo nunca foi encontrado. Sobre o episódio, além de outros documentos como o citado relatório, consultar o livro semificcional *K*, do professor aposentado da ECA, Bernardo Kucinski (KUCINSKI, 2016). Em reunião de 17 de abril de 2014, após quase quarenta anos, por unanimidade, a Congregação do Instituto de Química reviu a decisão e declarou nula a sessão de 1975, cancelando a demissão da docente. A se observar que desde 20 de julho de 1995 havia ordem do então reitor da USP, Flávio Fava de Moraes, no sentido de sustar a exoneração e restaurar a verdade histórica no prontuário da professora.

pelo envolvimento com partidos e grupos de militância considerados clandestinos.

A segunda advinda da própria representação simbólica do espaço da ECA, animada pelas distintas estratégias de luta e resistência que conheciam extensão nas salas de aula, no centro acadêmico, nos espetáculos teatrais, nas sessões de cinema, em ações de estudantes, funcionários e professores, tendo em mira a ampliação dos espaços democráticos.

Last but not least a oposição da comunidade ecaana aos prepostos da ditadura, muitas vezes abrigados nos próprios órgãos diretivos da Escola. Acerca deste ponto é ver a demorada greve decretada pelos alunos da ECA, iniciada em 16 de abril de 1975, que se prolongou por setenta e três dias, cujo objetivo central consistia na demissão do diretor Manuel Nunes Dias, um notório sabujo da ditadura⁹, com vasta folha corrida no tangente à perseguição de discentes e docentes, cujo estoque de vilanias podia alcançar até mesmo a instrumentalização de bancas acadêmicas visando a reprovar professores.

⁹ Sobre este episódio e seus desdobramentos, consultar as edições de número 33 e 53 da Revista ADUSP. Neste último, há o depoimento de Diléa Frate, que mal havia iniciado a docência na ECA, como professora assistente em fase de contratação, quando em 17 de outubro de 1975 foi presa juntamente com outros jornalistas acusados de vínculos com o PCB, sendo solta no dia 25. Segue o seu relato: “Recebi um recado para que, ao voltar à ECA, antes de qualquer coisa, passasse pela sala do diretor. Estava amedrontada com tudo o que enfrentara na prisão, inclusive as torturas, e obedeci. O diretor Manuel Nunes Dias, que me conhecia e com quem eu tivera uma boa convivência como aluna, me passou um ‘sabão’, dizendo que jamais me imaginara uma comunista, que eu o enganara, que tinha destruído minha carreira universitária, que saísse imediatamente dali” (VICENTINI, 2012, p. 58). Ou seja, um caso raro de demissão verbal “sem trâmite”, sem direito a qualquer apelação legal, traduzindo tão somente um ato de vontade autoritária de quem tinha a mais absoluta certeza de contar com proteção dentro e fora da USP.

É de amplo conhecimento o episódio envolvendo Sinval Freitas Medina, que ministrava aulas no Departamento de Jornalismo, e teve o seu contrato suspenso por não haver logrado aprovação junto à banca de qualificação para o mestrado. Frente ao que se evidenciou uma flagrante injustiça e um claro ato persecutório com digitais de Manuel Nunes Dias, pediram demissão os professores Cremilda Celeste de Araújo Medina, Paulo Roberto Leandro e Walter Sampaio, chefe do Departamento, como gesto de solidariedade ao descalabro que resultou na suspensão dos vínculos funcionais do professor Sinval. Diante destas ocorrências foi desencadeado o processo grevista, que se desdobrou em manifestações estudantis para além da USP¹⁰, a exemplo da Federal Fluminense. Seis meses depois e sem a concretização da requisitada demissão do diretor, adveio o assassinato de Vladmir Herzog, que não apenas aumentou o nível de mobilização do movimento estudantil, como outros setores da sociedade civil passaram a exercer pressão mais incisiva sobre o regime militar (a exemplo da greve desencadeada pelos operários da Scania, em São Bernardo do Campo, em 12 de maio de 1978¹¹) contribuindo para ampliar os caminhos que levariam ao movimento das diretas já.

¹⁰ No referido número 33 da Revista ADUSP é possível ler uma sintomática afirmativa do general Ednardo D'Ávila Mello, então comandante do II Exército (sob cuja jurisdição ocorreram, nas mesmas circunstâncias de “suicídio por estrangulamento”, os assassinatos de Herzog e, três meses depois, no dia 17 de janeiro de 1976, no DOI-CODI, do operário Manuel Fiel Filho): “A ECA é, no momento, o principal foco de agitação na USP” (CHRISPINIANO; FIGUEIREDO, 2004, p. 66).

¹¹ Foi a primeira paralisação desta magnitude – participaram três mil funcionários da fábrica –, ocorrida depois da promulgação do AI-5, em longo interregno de quase dez anos.

4

A despeito deste quadro, é importante lembrar que a USP foi um dos principais centros de resistência ao regime ditatorial no Brasil. Daqui saíram pessoas que junto com outros segmentos sociais engrossaram as lutas contra o golpe de 1964 e seus posteriores encaminhamentos. As maneiras de promover tal oposição conheceram diferentes dinâmicas, táticas, estratégias e compreensões. E no bojo deste processo em que, conforme procuramos mostrar, a ECA também jogou o seu papel, foi possível percorrer o difícil e tortuoso caminho para reconstruir a democracia no país.

Neste final do ano de 2014, em que tenebrosas vozes pedem a volta dos militares ao poder, é imperioso estar atento e forte para que o ovo da serpente e seus cavernosos arroubos nostálgicos do autoritarismo, censura e intolerância, não venham a gerar novos ciclos de terror protegidos pelo Estado.

Por esta ótica, parece importante que a nossa Escola continue exercendo o seu papel educador, tendo como referência uma história de envolvimento e compromissos com o exercício democrático, com a liberdade de expressão e manifestação, realizando as pesquisas acadêmicas nos campos da comunicação e das artes e franqueando o mais amplo intercâmbio de ideias.

8 de dezembro de 2014

ADILSON CITELLI é professor titular junto ao Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP, atuando em nível de graduação e pós-graduação. Realiza pesquisas e orienta mestrados e doutorados nos âmbitos da comunicação e educação, educomunicação, comunicação e linguagem. Foi chefe do Departamento de Comunicações e Artes, coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA, membro do Comitê de Avaliação da CAPES e membro do Comitê Assessor de Comunicação do CNPq. Pesquisador 1B do CNPq. É autor de inúmeros artigos e livros, dentre estes: *Linguagem e persuasão* (Ática, 1994); *Comunicação educação: a linguagem em movimento* (SENAC, 2000), *Palavras, meios de comunicação e educação* (Cortez, 2006), *Imagens do professor na mídia* (Org.; Paulinas, 2012); *Dicionário de comunicação. Escolas, teorias, autores* (Org. com Maria Immacolata Vassallo Lopes, Maria Aparecida Baccega, Vera França e Christa Berger; Editora Contexto, 2014).

Referências

ADUSP. *O Controle Ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>>.

CHRISPINIANO, J; FIGUEIREDO, C. “A ECA é o principal foco de agitação da USP”. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 33, p.63-68, out. 2004, Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a10.pdf>>.

ELIAS, B. A USP nos Arquivos do DOPS. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 13, p. 6-19, abr. 1998. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/13/r13a01.pdf>>.

KFOURI, J. Os discursos de Marin. In: *Blog do Juca Kfour*. 26 jun. 2012. Disponível em: <<https://blogdojuca.uol.com.br/2012/06/os-discursos-de-marin>>.

KFOURI, J. O áudio dos discursos de Marin. In: *Blog do Juca Kfour*. 29 abr. 2013. Disponível em: <<https://blogdojuca.uol.com.br/2013/04/o-audio-dos-discursos-de-marin/>>.

KUCINSKI, B. K - *Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014

O GOLPE na Academia, 2014, 91 min 80 s, color. Canal da Revista FAPESP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XCSAj4A8j9o&list=PLA8UMWZFXGJki-Ck5_-6CEetnvw2xVAcDm>.

THEODOR, J. Faltam recursos à Comissão da Verdade. *Jornal do Campus*, São Paulo, 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/03/faltam-recursos-a-comissao-da-verdade/>>.

VICENTINI, B. ECA de Manuel Dias e Helda Barracco apagou os vestígios de Herzog. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 53, p.55-60, out. 2012. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/53/mat08.pdf>>.

"A ECA SÓ VIVE PLENAMENTE
EM LIBERDADE E, FORA DELA,
SERÁ RESISTÊNCIA."

~~LUIZ AUGUSTO MILANESI~~

**1968: SEGUNDO ANO DA ECA, QUARTO ANO DO
GOLPE MILITAR, PRIMEIRO ANO NA USP**

Havia preparado um texto, prevendo que esta sala estaria repleta de jovens com menos de 20 anos e o meu depoimento seria dirigido a eles. No entanto, vejo que não estão aqui e, sim, aqueles que nos anos difíceis da ditadura tinham a idade dos ausentes. Os jovens do século XXI parecem pouco interessados em fatos que os precederam – como se a história tivesse começado com o nascimento de cada um. Esse é um sinal dos tempos, uma característica contemporânea a ser estudada e avaliada. Para a novíssima geração seria útil compreender o que aconteceu com seus pais e avós, principalmente para

que se antepõem a qualquer novo aventureirismo que tente repetir a tragédia do golpe militar de 1964.

1968 foi o segundo ano da ECA, o quarto do golpe militar e o meu primeiro ano na USP. Saindo de uma cidade de 20 mil habitantes, não entrei apenas em uma metrópole, mas na boca do vulcão. Não só porque me aproximava da capital paulista, a “paulicéia desvairada” do Mário de Andrade, mas porque chegara a uma USP convulsionada.

Alguns afirmam que a ECC – Escola de Comunicações Culturais – o primeiro nome da ECA, foi parida nos caldeirões da ditadura para formar quadros confiáveis para a mídia, termo que mal se usava na época. Uma conjunção de fatores levava à certeza dessa suspeita: se a maioria dos jornalistas daquele período era inconfiável, acreditavam que a ECA viria para consertar essa anomalia, formando jornalistas que não incomodassem o reinante espírito de caserna. Por isso, setores das Humanidades viam a nova unidade da USP com suspeita, como se ela fosse uma anomalia a ser extirpada quando o Brasil voltasse à normalidade institucional. Talvez possa ter existido essa oculta intenção e que a prova disso esteja em arquivos ainda não abertos. Uma das alegações para justificar a criação de uma escola domesticada e direcionada aos interesses anti-comunistas, como se dizia, estava exatamente na figura da esposa do reitor da época, Luís Antônio da Gama e Silva, a célebre Dona Edi.

Gama e Silva saiu da Reitoria da USP em 1967, depois de ter assinado o decreto de criação da ECA, para ser ministro da Justiça de Costa e Silva. No ano seguinte, tornou-se o protagonista, pai e porta-voz

do Ato Institucional nº 5 que levou o país a perder de vez as garantias básicas do regime democrático. Dona Edi, uma entusiasta das artes e da modernidade da comunicação, tornou-se uma ativa defensora da criação da ECA. E sendo esposa de um reitor caracterizado como ativo apoiador dos militares o raciocínio levava à crença de que o fundador da ECA seria o pai do AI-5. O que se sabe hoje é que Dona Edi andava por caminhos próprios.

Na autobiografia de Alfredo Mesquita, fundador da Escola de Arte Dramática, ele menciona uma visita que ela lhe fizera, iniciando as negociações que levou a EAD para a USP antes mesmo da criação da ECA. Ao que consta, Dona Edi procurava animar com arte o inóspito campus do Butantã. Provavelmente desse desejo e de suas ligações com professores da FFLCH, inclusive, com Júlio Garcia Morejón, o primeiro diretor da ECA, foi criado um grupo de trabalho para criar cursos de graduação de jornalismo, teatro, cinema, relações públicas e outros na tradicional e austera USP que não percebia nesses novos campos o rigor acadêmico desejável.

De qualquer forma, seja pela ação estratégica da Escola Superior de Guerra ou da movimentação atípica de Dona Edi, a ECA nasceu sob suspeita – como se fosse um corpo estranho dentro da tradicional circunscrição acadêmica da USP.

Se fosse a ECA gestada pelas urdiduras militares teria sido um projeto fracassado. Já em seu segundo ano de existência, ela se transformou num dos pontos de tensão da USP, um centro de turbulência quando as forças armadas queriam uma USP surda, cega e principalmente muda. Talvez Dona Edi não imaginasse que os artistas que

desejava para dar vida ao campus fossem uma forte expressão de inconformismo face à ditadura. Figuras notáveis desse período foram os professores da ECA, entre eles Lupe Cotrim e Paulo Emílio Sales Gomes.

Em 1968, mal o ano letivo se iniciara, reflexos de Paris e fatos políticos fizeram com que as aulas fossem substituídas por assembleias e passeatas. O epicentro da mobilização de alunos e professores da ECA foi o chamado B9, um barracão já demolido que foi, de fato, o seu berço: nele eram realizadas reuniões que o transformaram num foco de resistência e por onde circulavam em aulas, seminários e congressos figuras como Gláuber Rocha, Roberto Rossellini e outros nomes relevantes da cultura.

Nesse período, o Conjunto Residencial da USP, o CRUSP, um grande alojamento de centenas de estudantes, caracterizava-se como um ponto de resistência aos militares e, usando a expressão dos próprios, um centro de subversão. Dele partiam as orientações para organizar as grandes passeatas e onde se reuniam as lideranças políticas estudantis da época. A curta distância entre o CRUSP e o B9, ainda que permeada por espesso matagal, facilitava a interação entre ambos. Após o AI-5, no dia 13 de dezembro ocorreu a invasão da USP, especificamente do CRUSP, e a tomada de suas dependências pelo Exército.

Tal fato sinalizou para outros tempos. Os prédios foram invadidos de madrugada por contingentes do Exército, encarcerando centenas de estudantes – grupo que integrei como morador do CRUSP. Despertados pelo ruído de carros blindados e da cavalaria foi possível constatar que o AI-5 era para valer, usando a força que fosse neces-

sária para manter a ordem da caserna na USP – já que as autoridades universitárias não conseguiam fazê-lo ou, pior, não queriam. A primeira providência do Exército nacional, foi separar rigidamente homens e mulheres. No final da tarde fomos conduzidos ao presídio Tiradentes, fichados e empurrados para celas diminutas. Tarde de noite, boca da manhã os primeiros nomes foram chamados e não se sabia para qual destino: as ruas desertas da Luz ou para o imprevisível como ocorrera com tantos que haviam desaparecido.

O retorno em 1969 mostrou que o CRUSP não apenas estava tomado, mas que seria fechado, eliminando um dos focos de oposição ao regime. A resistência a esses novos tempos de repressão apenas foi dispersada para outros espaços, mas, agora, com a plena certeza do perigo que representava qualquer forma de oposição.

Pelos anos seguintes, sitiada por forças militares visíveis e, principalmente, invisíveis, foi imposto à USP um silêncio que não lhe era próprio.

Se 68 foi o ano da indignação e da coragem, 69 foi o ano do medo, o ano mudo. Na ECA o clima era de insegurança e temor ou pavor. Constantemente chegavam notícias de prisões e mortes. A cada manhã trocávamos informações, e as notícias, com a imprensa censurada, corriam boca a boca. Às vezes trágicas, como notícias de novas prisões e morte de colegas.

A USP e, particularmente a ECA, escola da cultura e das artes, alvos preferenciais do regime, viveram por muitos anos a constante inquietação, às vezes pânico, por dizer o que não podia, de ler o que não

devia e de conviver no dia a dia com pessoas que poderiam ser o que não aparentavam. Seriam membros de movimentos clandestinos ou indivíduos infiltrados no meio estudantil? Tínhamos entre nós os chamados dedos-duros, reais ou imaginários, principalmente imaginários. A imaginação se expandia de maneira intensa, inquietando

"SE 68 FOI O ANO DA
INDIGNAÇÃO
E DA CORAGEM,
69 FOI O ANO
DO MEDO, O ANO MUDO.
NA ECA O CLIMA ERA DE
INSEGURANÇA E
TEMOR OU PAVOR."

e nos tirando qualquer resquício de tranquilidade. Vivíamos enclausurados no desassossego das ditaduras quando não se sabe quem é quem. Nos anos de chumbo da repressão, todos os gatos eram pardos.

Em 1969, eu trabalhava algumas horas diárias no Centro Acadêmico da ECA, que ainda não era Lupe Cotrim, um dos pontos mais visados pelos dedo-duros e uma área preferencial para que suspeitos fossem flagrados. Fazia carteirinhas de estudante, distribuía apostilas, vendia livros, ajudava a produzir textos, mimeografava (esse era o recurso gráfico da época), distribuía informações e, eventualmente, recebia a polícia.

Tempos depois, li relatórios escritos por agentes infiltrados que davam conta dos meus passos. À distância isso pode soar como um elogio, mas na época esse fato era motivo de fortes inquietações. Não era filiado a nenhum grupo clandestino, mas conspirava como todos nós conspirávamos contra uma situação que, inclusive, afrontava as nossas escolhas profissionais. A ECA, por definição, sempre seria avessa à censura. A sua própria existência constituía-se em ameaça a todos que desejavam um país onde as liberdades essenciais estavam indisponíveis. A USP como um todo, as humanidades em particular, e especificamente a ECA foram duramente atingidas no período por todas as modalidades de repressão que incorporavam mortes, encarceramentos e cassações que tanto prejudicaram seus objetivos de ensino e pesquisa. O próprio reitor, Hélio Lourenço, foi cassado.

Na época, pedi a um aluno, Laerte Coutinho, exímio desenhista, que fizesse o símbolo do Centro Acadêmico. Em poucos minutos me entregou um sol atrás das grades, imagem amplamente adotada e, por muito anos, estampada em nossas publicações, inclusive nas carteirinhas dos alunos. Depois de 1985, essas grades desapareceram e o sol da liberdade perdeu a graça e a força que tivera nos anos de chumbo. Mas permanece como um constante aviso de que, às vezes, querem encarcerar o sol.

Desse período me restou claramente na memória, entre imagens de violência e de terror, uma cena que alimentou minha trajetória na USP, fortalecendo permanentemente a ideia da liberdade – vital para a Universidade – e da autonomia necessária como o ar para manter a vida de pesquisa e ensino.



Sol atrás das grades.
Antigo símbolo do
Centro Acadêmico da ECA.
Fonte: acervo pessoal.

Em uma tarde fui chamado à seção de alunos da ECA. Sem nada suspeitar me dirigi a essa repartição. Lá chegando me deparei com uma cena tétrica: dois policiais, não fardados, sustentando pelos braços um jovem trêmulo. Não sei o seu nome, origem ou a sua história. Se me ocorreu uma palavra naquele momento foi: torturado. O rapaz, certamente um estudante, muito jovem, estava com os óculos avariados, um aro sem a lente e outra partida, tremendo muito. Esse rapaz tinha sido conduzido à ECA para reconhecer uma aluna procurada pela polícia. Poderia ser uma cena forjada, mas naquele momento, bombardeado pelas perguntas dos policiais sobre o paradeiro da colega, me senti posto na parede de forma brutal. Eu que trabalhava no Centro Acadêmico atendendo alunos de uma ECA pequena deveria conhecer essa colega. Dispararam perguntas, me encurralando, me obrigando dizer o que não sabia, e o que eu eventualmente sabia e não poderia dizer em hipótese alguma. Tinha na minha frente aquela figura torturada, patética, que sinalizava para mim o que poderia ser o meu próprio destino.

De repente irrompe na sala o diretor da ECA, Antônio Guimarães Ferri, com seu 1,60m de altura, mais vermelho do que o normal e furibundo. Eu nunca vira o professor Ferri daquela forma. De dedo em riste ele partiu para cima daqueles sujeitos, gritando “fora, fora, aqui mando eu”. Em outras palavras, a polícia jamais deveria invadir aquele espaço, pois a Universidade estava acima da censura e da repressão. Os dois indivíduos saíram às pressas, arrastando a vítima. Guardei para sempre a cena e a lição: a liberdade na instituição universitária é de tal forma essencial que sem ela não há universidade. A breve cena foi a mais forte e marcante lição de autonomia universitária que eu recebi.

Em 1975, nove anos após a sua fundação, a ECA se tornara na expressão do general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército, "o principal foco de agitação da USP". Esse ano marcou a célebre greve contra o seu diretor, Manuel Nunes Dias, um ativo dirigente que, pelas suas ações, mostrava estar mais conectado ao aparato policial do que às questões universitárias. Essa greve que custou um semestre aos alunos se alastrou pelo país, marcando a retomada dos movimentos estudantis abafados desde o AI-5. No final do mesmo ano foi preso e morto em dependências militares o jornalista Vladimir Herzog, professor de jornalismo na ECA. Tais fatos, a greve que se alastrou e a morte de Herzog, foram elementos marcantes que, em cadeia, determinaram mudanças na história do Brasil.

Não, a ECA, se a intenção era essa, não nasceu por força das estratégias da repressão e nunca foi domesticada. Ela transita por campos do conhecimento nos quais o valor da liberdade é, particularmente, precioso. Se ela disse "não" nos anos de chumbo, continuará pelo tempo repetindo que a liberdade para ela é ar e que os golpes, perseguições, censura e opressão são intoleráveis. A ECA só vive plenamente em liberdade e, fora dela, será resistência.

LUIZ AUGUSTO MILANESI é graduado em Biblioteconomia pela ECA-USP (1971). Possui mestrado (1977) e doutorado (1985) em Ciências da Comunicação também pela USP. No período de 1983 a 1994 foi coordenador do *Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo* e presidente da Comissão de Cultura e Extensão da ECA-USP, de 2002 a 2004. Foi diretor da Escola, no período de 2005 a 2009.

Atualmente é professor titular sênior do Departamento de Informação e Cultura (CBD) da ECA. Tem experiência na área da informação e ação cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas públicas, leitura, centros de cultura.

É autor de várias obras, entre elas: *Ordenar para Desordenar* (Editora Brasiliense 1986); *A Casa da Invenção* (Ateliê Editorial, 1991) e *O que é biblioteca* (Editora Brasiliense, 1983).

"NÃO FUI A ÚNICA VÍTIMA
DESSA ONDA DE 'CASSAÇÕES BRANCAS',

~~ROSEMÉRI LAURINDO~~

ENSINO DE JORNALISMO NA USP E A DEMISSÃO DE JOSÉ MARQUES DE MELO

O Manual do Lead usado pelos golpistas de 1964

Vamos resumir um levantamento que trouxe à tona atos de perseguição ao jornalismo brasileiro no âmbito da paradigmática instituição de ensino superior do país, a USP, com trechos do livro *AI-5 na academia – o manual do lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de Jornalismo*, de autoria própria, lançado em 2014. Expõem-se documentos sobre a demissão do primeiro doutor em jornalismo do Brasil, José Marques de Melo, da instituição que ajudou a construir.

Muitos “aniversários” tristes teremos pela frente até que o fardo do passado seja mais leve. A síntese para o presente livro permite que o conhecimento possa circular entre estudiosos interessados no tema jornalismo e democracia com base nos acontecimentos daqueles anos, na USP. Adaptou-se um dos capítulos do livro, como revelação-síntese de documentação histórica.

Na quinta-feira, 30 de outubro de 1975, esse era o título do Jornal da Tarde: *A observação militar sobre São Paulo*, a respeito do ato ecumênico marcado para o dia seguinte, 31 de outubro, sexta-feira, na Catedral Metropolitana de São Paulo. Foi a primeira manifestação de massa desde o AI-5, baixado em dezembro de 1968. Anos de horror até o brado contra a ditadura, no culto em memória ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado no dia 25 de outubro. Um marco na luta pelos direitos humanos no Brasil.

Vladimir Herzog, o Vlado, foi professor de telejornalismo da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP. Sobre a história de Vlado é feita uma breve referência no livro, mas seu assassinato tem ramificações com o tema central do presente artigo: a perseguição ao também professor de jornalismo da USP, José Marques de Melo, ele que foi o primeiro doutor em jornalismo no Brasil, tendo recebido o título em 1973 e sido demitido sumariamente em 1974. Ambos foram colegas de Departamento.

Mas o curioso aqui é constatar como uma mera técnica de escrita, o *lead*, foi poderosamente útil em tempos difíceis. Vale a pena, igualmente, conhecer esta parte da história, pelo debate de experimentos

teórico-práticos para o ensino de jornalismo. Conjuntamente, evidenciou-se o sentido da própria instituição de ensino superior: como a Universidade, pilar do conhecimento universal, virou território para perseguições como as que aconteceram; fatos que ainda surpreendem, quando se lê o teor de relatórios sobre a vida de professores e alunos, que municiaram a perseguição ideológica.

Nossa pesquisa documental deu-se em 2012, no entremeio de um pós-doutorado em São Paulo. Na época, quando ouvi o professor Marques de Melo falar de seu caso, intrigou-me o fato de que esse assunto, de grande relevância sobre um dos maiores ícones das Ciências da Comunicação da América Latina, fosse tão ignorado na história da academia brasileira. Ele foi demitido na faculdade que ajudou a fundar, por causa do *lead*; houve até quem duvidasse da veracidade do fato.

O *lead* é sabidamente o esquema mais difundido para facilitar a escrita da notícia, funcionando como um beabá jornalístico. A simplicidade da proposição gerou um substrato poderoso para identidade da linguagem jornalística, mas também provocou contrariedades devido à homogeneização subjacente. Mesmo assim, o ingênuo *Manual do Lead* usado por Marques de Melo em suas aulas serviu para alguns burocratas da USP instruírem o enquadramento dele como subversivo. Tão logo recebeu o título de doutor em jornalismo (o primeiro do Brasil) e concluiu pós-doutorado nos Estados Unidos, foi demitido da renomada Escola de Comunicações sem receber indenização ou explicação oficial a respeito dos motivos da expulsão. Esse direito só começou a ser possível depois de 2015, quando a Comissão Nacional de Anistia declarou Marques de Melo anistiado político pelo

Ministério Público. Cinquenta anos depois, atesta-se a perseguição sofrida pelo professor, conforme parecer de 13 de julho de 2015, assinado pelo presidente da Comissão Nacional de Anistia, Paulo Abrahão:

Declaro formalmente o Sr José Marques de Melo anistiado político brasileiro, por decisão unânime desta Comissão de Anistia. Neste momento, o Estado Brasileiro formaliza o pedido de desculpas pelas perseguições, pela prisão, pelo tempo em que esteve afastado do seu emprego e por todos os reflexos causados também à sua família (GOUVEIA, 2015).

A busca minuciosa de documentos e a leitura atenta sobre as produções feitas naqueles anos sombrios demonstram um dos muitos absurdos do período militar. Episódio que precisa ser conhecido pelas novas gerações. Informação a ser bem digerida, como melhor arma para não se deixar intimidar pelos ecos de abusos no poder, em todas as esferas, a começar pelos ambientes universitários.

O ato em questão foi o enquadramento do professor José Marques de Melo, catedrático da USP, no decreto 477, no ano de 1974. O *Manual do Lead*, na forma em que serviu para a acusação, foi editado como livreto pela ECA em 1972. Desde 1968 integralizava material didático fotocopiado para as aulas de jornalismo, restrito aos alunos que o reproduziam, o que chamou atenção de “colegas” que levaram uma cópia da lição para os ditadores.

Em depoimento por telefone à autora, o jornalista Ethevaldo Siqueira conta como era ser aluno de José Marques de Melo nos anos 60. Siqueira foi o primeiro colocado no vestibular da primeira turma de jornalismo da USP, em 1966. Lembra dos ensinamentos com foco no *Manual do Lead*: “ele [o professor] passava conceitos e a gente tra-

balhava com exemplos, que procurávamos colher em vários jornais. Havia uma vocação muito grande pelos jornais sensacionalistas, como o Notícias Populares, de São Paulo, o jornal que, na linguagem popular, você espremia e saía sangue. Tinha *leads* curiosíssimos, *leads* sensacionalistas”.

Marques de Melo ensinava jornalismo com abordagem prática, extraíndo textos da imprensa, como este caso que saiu no Jornal da Tarde, usado como exemplo de *lead*-descritivo:

Uma passeata, tiros e eis o menino morto – Em um simples protesto de estudantes contra a demora nas obras do restaurante Calabouço, no Rio. Chegou a polícia e foi recebida por barricadas, paus e pedras. Eram 18 horas e, de repente, alguém começou a disparar rajadas de metralhadoras. Três estudantes ficaram estendidos no chão; entre eles Edson Luis Souto, de 16 anos, estava morto. Agora há uma crise estudantil: o corpo ficou exposto na Assembleia Legislativa, o enterro, novas passeatas, comícios e reuniões serão feitas hoje (LAURINDO, 2014, p. 23-26).

O processo administrativo que tramitou dentro da USP e instrumentalizou a demissão com a denúncia formal desapareceu, como vários documentos da época. Ethevaldo Siqueira, que mais tarde se tornou um dos jornalistas brasileiros de maior longevidade na prática profissional, recorda que, como alunos, ele e sua turma não ficaram sabendo imediatamente sobre os bastidores do período militar na USP e supõe que mesmo o professor Marques de Melo não sabia que receberia “a honraria” de ter uma obra didática tão simples e objetiva considerada como subversiva, por causa de simples casos cotidianos ali expostos.

Em 1979, com a Anistia, Marques de Melo voltou para a USP – tinha sido acolhido pela Universidade Metodista de São Paulo nesse meio

tempo – mas as razões que o afastaram durante cinco anos foram silenciadas. Numa busca recente pelos arquivos da USP, apenas o ato de recontração de 1979 foi encontrado mas não a motivação pelo afastamento anterior.

Na notícia sobre a concessão da anistia, em 2015, lê-se no portal da ECA-USP que o professor:

enfrentou resistências e sofreu perseguições, encabeçando a lista dos professores que o General Ednardo D'Ávila, comandante do II Exército, rotulou como “subversivos”, determinando sua defenestração do sistema universitário. Por se tratar de documento sigiloso, os atos dele decorrentes permaneceram inacessíveis (alguns incinerados), na tentativa de assegurar a incolumidade dos funcionários que integravam o “terceiro estágio”, atuando como “dedos-duros” nas “assessorias de segurança e informação” dos Reitores que abdicaram das prerrogativas da autonomia universitária, nos estertores do regime militar (particularmente no período 1974-1979), quando cresciam em todo o país os clamores pela Anistia (GOUVEIA, 2015).

Os documentos do extinto Serviço Nacional de Informação (SNI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) e do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), aos poucos foram revelados graças ao período democratizante que o Brasil vivenciou, pelo menos até o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ajudando a reconstruir uma parte de um capítulo esmaecido da história do jornalismo brasileiro.

O caso foi uma das arbitrariedades cometidas pelos órgãos de segurança, acobertadas por atores universitários que passaram a conviver posteriormente com suas vítimas, como se nada tivesse acontecido. O manual foi microfilmado décadas depois e está disponível no Ar-

quivo Público do Estado de São Paulo, entre outros documentos resgatados do extinto Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), como prova da repressão política havida em nosso país. Histórias para serem conhecidas, que ajudam no combate ao autoritarismo que se apresenta ao nosso redor sob várias faces.

No livro *AI-5 na Academia* republica-se a peça histórica *Manual do Lead*, no intuito de fortalecer a luta pelo jornalismo como instrumento precioso para liberdade. Busca-se refletir sobre como articular teoria e prática de um modo criativo no ensino de jornalismo, por meio de exemplos didáticos como aqueles do *lead*, que acabaram sendo denunciados justamente por estarem alicerçados na realidade de seu tempo e lugar. Conhecer o método com que há meio século José Marques de Melo ensinava uma mera técnica de escrita para promover o jornalismo cidadão também ajuda a superar julgamentos aligeirados que temos sobre formulações aparentemente simples, como o *lead*, mas que carregam potencialidades mais complexas. Um ensinamento que atravessa os tempos.

Em seu depoimento no evento realizado na USP sobre os 50 anos do golpe, Marques de Melo lembrou que os militares já o fichavam desde quando era estudante da primeira turma de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Vê-se sua posição contra as injustiças do sistema no discurso de formatura, em 1964. Quando concluiu a graduação, ele trabalhava na coordenação dos Serviços de Edição e Divulgação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e tinha sido diretor do Movimento de Cultura Popular, além de chefe de gabinete do secretário de educação do governo de Miguel Arraes, destituído pelos militares. No dia da colação de grau,

em 13 de dezembro, o alagoano usou o púlpito para chamar atenção sobre a responsabilidade social no jornalismo, oito meses depois do golpe.

(...) No momento atual o jornalismo brasileiro atravessa um período de crise. Crise, aliás, que é uma consequência da nossa condição de país subdesenvolvido, e que deriva da instabilidade política e econômica da nação. De um lado, vemos a pressão do poder político efetuando atentados à liberdade de imprensa, não obstante o dispositivo constitucional que declara “É livre a manifestação de pensamento, sem que dependa da censura”. De outro lado, vemos a pressão do poder econômico, principalmente a pressão dos anunciantes e o controle dos nossos veículos de informação por poderosos grupos econômicos estrangeiros, o que representa uma investida atentatória à soberania nacional (...) (MELO, 1964).

Os registros das ações em Pernambuco estão nas fichas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A perseguição continuou em São Paulo até encontrarem a “prova” final: o *Manual do Lead*. Os estudantes e professores da USP foram monitorados durante anos por agentes pagos para municiar o rastreamento ideológico por meio de relatos sobre a vida dos universitários. Em editorial na revista da Associação dos Docentes da USP (ADUSP) observa-se que, mesmo quarenta anos depois, não é agradável para as autoridades da USP “o tema ‘Ditadura’, porque, levado a sério, implica admitir que houve cumplicidades intoleráveis entre parte da burocracia universitária e o poder militar” (ADUSP, 2004).

A avidez dos militares sobre os acadêmicos é atestada em relatório no qual o general Ednardo D’Ávila, comandante do II Exército, afirma que a ECA “é o principal foco de agitação da USP” no período da greve estudantil de 73 dias, iniciada em 16 de abril de 1975. A ditadura já tinha produzido a morte de 21 jornalistas até o dia 25 de

outubro de 1975, data em que um dos professores de jornalismo da ECA, Vladimir Herzog, foi assassinado pelas mãos dos torturadores no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo.

"OS ESTUDANTES E
PROFESSORES DA USP
FORAM MONITORADOS
DURANTE ANOS POR AGENTES
PAGOS PARA MUNICIAR O
RASTREAMENTO
IDEOLÓGICO POR MEIO DE
RELATOS SOBRE A VIDA DOS
UNIVERSITÁRIOS."

Naquele ano Marques de Melo já estava fora da USP; tinha sido acolhido pela Universidade Metodista de São Paulo numa atitude corajosa do reitor de então. Todo o horror que veio à tona com a morte de Herzog, entretanto, não impediu que o trabalho sistemático de varredura aos feitos jornalísticos acadêmicos continuasse, como revelam prontuários do DEOPS de 1976 e 1977.

Desde 1970 José Marques de Melo sabia que sua vida estava sendo vasculhada por agentes policiais. A organização da II Semana de Estudos de Jornalismo na ECA sobre *Censura e Liberdade de Imprensa* teve anuência do ministro da Justiça Alfredo Buzaid, mas incomodava o serviço de segurança instalado dentro da USP. Seguiram-se outros eventos relevantes e, em 1972, com o decreto 477, o processo foi aberto. Em carta dirigida pelo ministro Buzaid ao general de Divisão Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), vê-se a preocupação em Brasília com o *Manual do Lead*:

Senhor Chefe, Cumprimentando-o, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe a publicação em anexo, distribuída entre os alunos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como modelos de ensino de técnica do "lead", no curso das aulas do professor JOSÉ MARQUES DE MELO. Outrossim, cumpre-me informar a Vossa Excelência de que esta Secretaria de Estado está tomando providências junto ao Professor ANTONIO GUIMARÃES FERRI, Diretor da referida escola, no sentido de coibir tais práticas (CARTA, 1972).

Com a data de 13 de setembro de 1972, o Documento de Informações nº 955, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) ligado à Presidência da República faz a denúncia com o assunto explicitado: "Técnica do Lead". Além de anexar o próprio manual, o documento informa que o professor "leciona a cadeira de Técnica

e Prática de Jornal e Periódico e distribuiu a publicação em anexo entre seus alunos”, fazendo a seguinte apreciação:

Os exemplos coligidos pelo Prof JOSÉ MARQUES DE MELO em diversos jornais e apresentados no livreto “Técnica do LEAD” demonstram a intenção de procurar influenciar negativamente seus alunos, através de propaganda subliminar (SNI, 1972).

Novos materiais vão dando corpo ao processo e no Documento de Informações nº 956, do mesmo dia 13 de setembro, consta que:

em processo sumário instaurado na Faculdade de Comunicações da USP, JOSÉ MARQUES DE MELO teria sido enquadrado no Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fev 69, não sendo atingido graças à interferência do Diretor daquela Faculdade, Prof ANTONIO GUIMARÃES FERRI que recorreu pessoalmente em seu favor, junto ao MEC, em BRASÍLIA (SNI, 1972).

Neste ano de 1972 Marques de Melo é aconselhado por amigos a deixar o Brasil e, assim, realiza um projeto de pesquisa, tornando-se o primeiro bolsista de pós-doutorado em Comunicação que a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) financia no exterior. Ele parte com a mulher e dois filhos para os Estados Unidos, onde permanece entre 1973 e 1974. Seu relatório de pesquisa saiu publicado 39 anos depois, em 2012, pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (INTERCOM) pois na volta ao Brasil, em 1974, o que o esperava era a demissão na USP. Além da ação arbitrária de consequências pessoais e institucionais, o ato silenciou o estudo feito por Marques de Melo sobre a pós-graduação nos Estados Unidos, com dados que vinha levantando para implantação do mestrado em jornalismo no Brasil; mais um elemento a comprovar os prejuízos nacionais oriundos das perseguições pessoais.

Quando foi afastado da direção do Departamento de Jornalismo, Marques de Melo dedicou-se a sua tese de doutorado, defendida em 1973 e ao estágio pós-doutoral nos Estados Unidos entre 1973 e 1974. Em seu retorno era suposta a estabilidade, mas foi surpreendido com o afastamento. Enquanto realizava exaustivo levantamento no exterior sobre a pós-graduação em jornalismo, que serviria para transformações na USP, desde 1972 já tramitavam em Brasília os despachos para sua condenação. É o caso do “Aviso”, de 15 de junho de 1972, em que o coronel chefe do Gabinete do SNI, Jayme Miranda Mariath, pede para “levantar o professor” colocando em anexo o manual. Naquele período juntavam-se “dados de qualificação e antecedentes” a respeito do professor.

No calor de 1972, Marques de Melo teve o apoio do então diretor da Escola de Comunicação e Artes, Antonio Guimarães Ferri. Segundo documento atualmente encontrado nos arquivos públicos com o carimbo de confidencial (DIVISÃO, 1972) da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, de 3 de julho de 1972, Ferri era presidente da Comissão Organizadora do I Congresso Nacional Universitário de Propaganda que aconteceria de 3 a 7 de julho na USP e foi a Brasília para convidar o ministro para o evento. No texto dos agentes de segurança consta que Ferri queria “auto-promover-se (sic) para garantir a sua indicação na lista tríplice que deverá ser encaminhada para a escolha do Reitor da U.S.P., ao Sr. Governador do Estado”. Complementa com informações sobre o processo contra Marques de Melo e apresenta que Ferri levou recurso de defesa “tomando por conseguinte, ostensivamente partido em favor do Professor José Marques de Melo” (DIVISÃO, 1972).

O reitor que Marques de Melo encontra na USP em seu retorno dos Estados Unidos, é outro.

Solicitei uma entrevista ao então Reitor, Dr. Orlando Marques Paiva, e este, muito constrangido, recebeu-me reservadamente em sua residência, alegando que tomara a decisão pressionado pelos órgãos de segurança vinculados ao II Exército. Não fui a única vítima dessa onda de “cassações brancas”, que atingiu vários outros professores da universidade, demitidos sumariamente, sem direito a defesa e nem mesmo a indenização trabalhista (MELO, 2004).

Com o clima de repressão patrocinado pelo Estado, alguns profissionais aproveitam-se das arbitrariedades do sistema para tirar vantagem em cima dos acusados, muitos sem escrúpulos e sem medir consequências. Até que, em 1975, outro professor é perseguido e, dessa vez assassinado: Vladimir Herzog.

Com o nome na lista dos órgãos de segurança, fora da USP Marques de Melo era rechaçado pelas instituições e por isto destaca a coragem do reitor da Metodista de São Bernardo do Campo, Benedito de Paula Bittencourt, que, segundo Melo, “botou para correr” prepostos dos militares que pediam sua cabeça. “Ele mandou que se colocassem dali para fora, porque ali era uma casa de Deus, onde trabalhava quem ele queria”, afirma o acolhido.

A Metodista era um ambiente onde se podia respirar na sequência dos anos de chumbo, longe da ECA dirigida por Manuel Nunes Dias “que colaborava ativamente com a perseguição e prisão de líderes estudantis” (ADUSP, 2004, p. 63). O controle adentrava as bibliografias utilizadas pelos professores. “Eu mesmo fui vítima ostensiva desse tipo de controle, recebendo reprimenda do Dr. Nunes Dias, em minha defesa de doutorado, por haver citado autores esquerdis-

tas como Nelson Werneck Sodré”, conta Marques de Melo (MELO, 2004).

Fundada em 1966, a Escola de Comunicações e Artes ainda não tinha, em meados de década de 1970, sequer a estrutura administrativa que existia no resto da USP. Seus diretores eram professores titulares vindos de outras unidades e não havia uma Congregação. Assim, chegou para dirigir a ECA o professor Manuel Nunes Dias, antes chefe do Departamento de História. Nunes era tido pelos professores e alunos como praticamente um agente dos órgãos de repressão no comando da escola (ADUSP, 2004, p. 64).

Nunes dirigiu a ECA até o final de seu mandato, em outubro de 1976, um ano após o assassinato de Herzog. A Escola tinha dez anos. No ano em que fora criada, em 1966, chamava-se Escola de Comunicações Culturais. Marques de Melo estava entre os fundadores, recém-chegado de Recife, assumindo a direção em 1967 até ser destituído em 1972.

Entre 1973 e 1974, o pós-doutorado nos Estados Unidos foi concluído com um relatório sobre o ensino da pós-graduação em jornalismo nos Estados Unidos: tentativa de análise crítica, com vistas à identificação de experiências aplicáveis à realidade brasileira. Na peça, descreveu modelos e trouxe sugestões para o Brasil, porém o documento foi engavetado. É curioso ler nas conclusões do levantamento de Marques de Melo a sugestão para que a ECA implantasse um programa de pós-graduação específico em jornalismo, de modo a “ampliar-se para oferecer oportunidades aos países vizinhos da América Latina” e, considerando as “novas diretrizes da diplomacia brasileira, poderíamos dizer que talvez pudessem ser igualmente incluídas as emergentes nações lusas da África e a própria nação portuguesa da Europa” (MELO, 2012, p. 146).

Bittencourt, o reitor da Metodista que acolheu o professor, escreveu em suas memórias, publicadas, o quanto foi notável a organização da Coordenadoria de Pós-graduação da UMESP sob a liderança de Marques de Melo, “perseguido político em sua universidade de origem pelas ideias que tinha a coragem de sustentar. No IMS foi recebido de braços abertos”. O ex-dirigente lamentou que “a administração que sucedeu a sua não soube cultivar os dons e a capacidade de José Marques de Melo, o que levou o IMS e sua pós-graduação a sensível declínio”. Observou, porém, que depois de terminar o mandato de diretor da ECA, para o qual tinha retornado, Melo aposentou-se e voltou à Metodista e reergueu um trabalho elogioso.

Um curso de mestrado apenas em jornalismo só foi ter início no Brasil em 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina, onde começou o primeiro doutorado específico em 2014. Episódios assim mostram, portanto, como burocratas universitários aliados a políticas arbitrárias submetem a nação ao descompasso, não obstante a existência em nosso meio de pessoas visionárias e comprometidas com o avanço científico.

A ação articulada pelos de fora com os de dentro da USP promoveu a demissão de Marques de Melo, sendo o *Manual do Lead* – esta técnica síntese da identidade jornalística – a prova cabal. Encontrase microfilmado no Arquivo do Estado de São Paulo ofício de 17 de novembro de 1972, O general Servulo Mota Lima, secretário da Segurança Pública, encaminhou ofício a Walter Suppo, delegado geral de Polícia de São Paulo (OFÍCIO, 1972), com exemplar da técnica do *lead* “para os devidos fins”. A publicação chegou ao gabinete do secretário, com referência ao nome do professor José Marques de Melo

pela Assessoria de Segurança e Informações da Companhia Paulista de Força e Luz, de acordo com documento também arquivado.

Em 31 de outubro de 1972, em papel timbrado do Ministério das Minas e Energia/Centrais Elétricas Brasileiras S. A – Eletrobrás, o assessor, ao final do ofício identificado pela sigla “hj”, divulga:

1.1 JOSÉ MARQUES DE MELO – Professor da Faculdade de Comunicações da Universidade de São Paulo, onde leciona a cadeira de Técnica e Prática de Jornal e Periódico, distribuiu a publicação em anexo entre seus alunos, como modelo de “Técnica do LEAD”.

1.2 O citado professor, filho de Leuzinger Alves Melo e Ivete Maques de Melo, nascido em 15 de junho de 1943, em Pameira dos Índios/PE [sic] possuidor da carteira de Identidade R.R. 498230, de Pernambuco, possui antecedentes negativos.

2. Os exemplos coligados pelo professor José Marques de Melo em diversos jornais e apresentados no livreto “Técnica do LEAD”, demonstram a intenção de procurar influenciar negativamente seus alunos, através de propaganda subliminar.

3. Solicitamos que seja dado conhecimento da presente Informação ao I Exército e à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (OFÍCIO, 1972).

Várias vezes pensei que o desprezo ao caso, na academia, teria relação com o fato de envolver figura tão proeminente, que por tal posição sofre com invejas destrutivas de colegas; um alagoano, jovem, dinâmico, querendo implantar um Departamento de Jornalismo na poderosa USP. Soma-se ao personagem o tipo de prova, o *Manual do Lead*, um esquemazinho funcionalista comprovando resistência ao golpe de 64. As consequências não foram só pessoais, pois geraram atraso no funcionamento de uma instituição brasileira de referência e para a própria área do jornalismo. No livro, aproveitamos para explicar como é a formulação jornalística do *lead*,

peça didática para os professores da área. Há ainda artigos e entrevista de Marques de Melo à jornalista Cecília Figueiredo, para uma revista da Associação dos Docentes da USP sobre o tema *Segredos da Ditadura Militar*.

Destaco uma das respostas do professor em que ele fala:

o autoritarismo instaurado no país, a partir de 1964, fortaleceu grupos e personalidades que se pautavam por condutas retrógradas e antidemocráticas no espaço universitário. Não foi incomum que figuras mediócras tenham se beneficiado do ambiente repressivo para conquistar posições acadêmicas a que normalmente não teriam acesso pelo mérito (MELO, 2004).

Por fim ressaltamos que conhecer o exemplo, simbólico para o jornalismo, da lista dos enquadramentos militares vem fazer coro ao movimento contra o cerceamento das liberdades políticas relacionadas com a imprensa. Como diz em prefácio do livro o reitor da Universidade Regional de Blumenau, João Apolônio Natel, não foi apenas mais uma barbárie: “A expulsão do professor José Marques de Melo da Universidade de São Paulo e as restrições e negativas do exercício do seu trabalho em outras instituições, como educador da incipiente área do jornalismo, foi marcante pela futilidade dos argumentos, e ceifou gerações inteiras do verdadeiro jornalismo, investigativo e construtivo, necessário à construção da cidadania” (NATEL, 2014).

ROSEMÉRI LAURINDO possui pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Doutorou-se em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Fez mestrado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia e bacharelado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora efetiva da Universidade Regional de Blumenau, onde também leciona nos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda. Recebeu em 2014 o *Prêmio Luiz Beltrão* de liderança emergente da INTERCOM – *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, entidade na qual é diretora editorial.

Referências

ADUSP. *O Controle Ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: ADUSP, 2004. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>>. Acesso em 6 set. 2014.

CARTA do ministro da Justiça Alfredo Buzaid ao chefe do SNI, General Carlos Alberto da Fontoura, 1972. Documento microfilmado, disponível no Arquivo Público de São Paulo.

DIVISÃO de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, 3 de julho de 1972. Documento microfilmado, disponível no Arquivo Público de São Paulo.

GOUVEIA, M. A. Ministério da Justiça concede anistia política a José Marques de Melo. *Site da Escola de Comunicações e Artes da USP*. 20 jul. 2015. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/node/11991>>. Acesso em: 27 set. 2018.

FIGUEIREDO, C.; LOTIERZO, T. Crônica de tempos amargos. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 33, p. 86-96, out. 2004, Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a10.pdf>>. Acesso em 6 set. 2018

LAURINDO, R. *AI-5 na Academia: o manual do lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de jornalismo*. Blumenau: Edifurb, 2014.

MELO, J. M. de. *Da Responsabilidade Social do Jornalismo*. Discurso de formatura no curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 1964.

MELO, J. M. de. Crônica de tempos amargos: a perigosa apostila sobre a técnica do lead. *Revista PJ:Br – Jornalismo Brasileiro*, São Paulo n. 4, 2004. Depoimento concedido a Cecília Figueiredo. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/entrevistas4_b.htm>. Acesso em 6 set. 2018

MELO, J. M. de *Jornalismo made in USA: olhar brasileiro*. São Paulo: INTERCOM, 2012.

NATEL, J. A. Prefácio. In: LAURINDO, R. *AI-5 na Academia: o manual do lead usado pelos golpistas de 1964 para punir o ensino de jornalismo*. Blumenau: Edifurb, 2014, p. 7-8.

OFÍCIO de Servulo Mota Lima, secretário da Segurança Pública, 17 de novembro de 1972. Documento microfilmado, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SNI. Serviço Nacional de Informações. *Documento da Presidência da República*, 13 de setembro de 1972. Documento microfilmado, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

"DOS BONS TEMPOS, LEMBRO COM SAUDADE.

JA NÃO DIGO O MESMO DOS ANOS DE CHUMBO.

MAS TAMBÉM

NÃO QUERO ESQUECÊ-LOS."

~~SINVAL MEDINA~~

RECORDAÇÕES DO SIGNIFICADO DA ECA E DO DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Muito bom dia a todos. Em primeiro lugar, meus agradecimentos à professora Margarida Kunsch, diretora da Escola de Comunicações e Artes da USP por ter lembrado do meu nome para participar deste encontro. Minhas saudações ao professor Eugênio Bucci, que dirige os nossos trabalhos e aos demais companheiros de mesa.

Começo meu depoimento recordando o significado da ECA e, particularmente, do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) no contexto da USP em 1971, ano em que minha companheira Cremilda

Medina e eu ingressamos na Escola como auxiliares de ensino. O país vivia uma das fases mais violentas da ditadura militar. A atmosfera repressiva dominava a Universidade. Porém na ECA e, particularmente no CJE, respirávamos um clima de liberdade que beirava a ousadia. Integrávamos uma área de conhecimento muito recente, sem tradição científica, mal compreendida e mesmo desdenhada pelo conservadorismo então predominante no meio acadêmico. Além disso, éramos jovens da geração de maio de 68, nossas roupas, cabelos e atitudes confrontavam os padrões tradicionais. Aos olhos dos hierarcas, parecíamos mais alunos do que “mestres”.

Ou seja, o Departamento de Jornalismo era um ponto fora da curva numa instituição dirigida por reacionários. E aqui rendo minha homenagem ao meu querido amigo e ex-chefe José Marques de Melo, responsável pela criação e sustentação desse núcleo de resistência à ditadura. Sob o comando de José Marques, o CJE se tornou uma usina de projetos e um centro de pesquisa e ensino com destaque nacional e internacional. Em sua gestão surgiram a Agência Universitária de Notícias, que se tornaria órgão laboratório modelo para o ensino do jornalismo no país; a Editoria de Textos, que publicou dezenas de títulos fundamentais para a bibliografia em comunicação social; estruturou-se a gráfica da ECA como órgão laboratório; foram realizadas Semanas de Estudos de Jornalismo, que, já em sua quarta edição, em 1972, foi o maior evento do gênero até então realizado no país, com a presença de especialistas internacionais, professores e estudantes de todo o Brasil.

Logo, porém, o brilho do CJE começaria a incomodar a cúpula da USP e a própria ditadura. Trabalhávamos com informação, material

explosivo para de um sistema político que adotava a censura como forma de esconder seus crimes. Começou então a destruição sistemática do Departamento. Professores passaram a ser afastados, em processos de “cassação branca”, ou seja, sem o ritual dos atos institucionais. O método permitia a demissão sumária, sem qualquer direito trabalhista. O primeiro a cair foi o professor Freitas Nobre, bravo líder do MDB na Câmara Federal; seguiu-se o professor Thomaz Farkas; depois, José Marques de Melo; depois Jair Borin, que foi preso nas dependências da ECA, numa gritante violação da inviolabilidade do território universitário.

A virada se deu com a nomeação de Manuel Nunes Dias para a direção da Escola, em outubro de 1973. Não chamarei de professor. Porque esse senhor se comportou como um agente policial-militar. Não tenho provas para afirmar, mas tudo leva a crer que Nunes Dias mandou “levantar a ficha” dos membros do corpo docente, com a intenção de promover uma limpeza ideológica na Escola. Se assim procedeu, não foi por conta própria, mas a serviço do regime. Ele, aliás, se gabava de ter excelentes relações com os “órgãos de segurança”, como dizia. Disso dou meu testemunho por tê-lo ouvido, mais de uma vez, gabar-se da proeza. Assim, não é de admirar que tenha tolerado, ou mesmo sido conivente com a invasão da Escola pelos agentes da ditadura que tiraram Jair Borin da ECA para o cárcere.

Após o afastamento dos professores mencionados, chegou a minha vez. Eu ocupava o cargo de vice-coordenador do CJE. Fui demitido após ser reprovado no exame de qualificação para o mestrado, por uma banca facciosa, integrada por Modesto Farina, Helda Barracco e Teobaldo Andrade. Submeti-me ao julgamento deles sem imaginar

que se curvariam às pressões de Nunes Dias. O processo de homologação do resultado do exame se arrastou do final de dezembro de 1974 a março de 1975, quando a Comissão de Pós-Graduação, após muita discussão interna, entendeu como válida a decisão da banca. Mas não houve unanimidade entre os membros da comissão. O professor Frederic Litto votou pela anulação do resultado. Deixo aqui meu reconhecimento por sua demonstração de coragem e independência. Três colegas se demitiram em sinal de protesto: Walter Sampaio, Paulo Roberto Leandro e Cremilda Medina. O CJE ficava, assim, praticamente sem condições de funcionamento. O caso fora acompanhado pelos alunos desde o início. Quando chegou ao desfecho, os estudantes do CJE se mobilizaram imediatamente. As aulas foram interrompidas. A paralisação se espalhou pela ECA. Os alunos entendiam que Manuel Nunes Dias, autor de tantas arbitrariedades, não podia continuar na direção da ECA. Como um rastilho de pólvora, a greve atingiu outras unidades da USP. A partir daí, passei a mero observador dos acontecimentos.

Com a carreira acadêmica interrompida e ameaçado de prisão, retirei-me de cena e tratei de buscar emprego. Com o auxílio de amigos, em menos de duas semanas estava trabalhando na Rádio Difusora de São Paulo e na Editora Abril. Assim, voltei ao jornalismo, à edição e à literatura. Mas o afastamento da ECA continuava atravessado na minha garganta. A reprovação no exame de qualificação era uma nódoa na minha trajetória intelectual. Em 1986, mais uma vez pela mão do professor José Marques de Melo, tive a chance de reparar a injustiça. No dia 5 de novembro de 1986 fui reintegrado à USP, com base na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, que trata da anistia para perseguidos políticos. Coube a José

Marques o encaminhamento da minha pretensão, sancionada pelo então reitor, professor José Goldemberg.

A essa altura, minha vida profissional se afastara por completo da academia. Assim, trabalhei durante um semestre no CJE e, em junho de 1987, pedi demissão, deixando a Universidade de São Paulo pela porta da frente. Não esqueço, porém, a importância que essa casa teve na minha formação. Fui aluno de mestres como Egon Schaden, Paulo Emílio Sales Gomes, Eduardo Peñuela, Décio de Almeida Prado, Sábato Magaldi, Virgílio Noya Pinto e do próprio José Marques de Melo. Além disso, aqui fiz amizades que perduram até hoje.

Dos bons tempos, lembro com saudade. Já não digo o mesmo dos anos de chumbo. Mas também não quero esquecê-los. Manter viva a memória do medo, da frustração e dos sofrimentos que nos foram impostos é a melhor maneira de evitar que a ditadura venha, um dia, a se repetir em nosso país.

8 de dezembro de 2014

SINVAL MEDINA é escritor e jornalista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964). Pesquisador e ex-professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP.



eca 50 ANOS
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO